

DESINDEXAÇÃO GRADUAL

Malan confirma que o processo será por etapas

O governo desistiu de adotar a desindexação ampla da economia e optou por um projeto menos ambicioso: "desregulamentar a indexação". Em entrevista ao **Jornal da Tarde**, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, faz a apologia do gradualismo nessa questão. Lembra que o Brasil tem "trinta anos de convivência com a indexação", que não se pode reverter esse processo "da noite para o dia". A seguir os principais trechos da entrevista do ministro.

● **DESINDEXAÇÃO** — "As informações sobre o processo de desindexação não estão contraditórias. A nossa imprensa é que é muito eficiente, já colocou na mesa todas as possibilidades plausíveis. A orientação geral do processo de desindexação será dada ainda esta semana. Eu não gostaria de antecipar nada. Nós vamos sim dar continuidade a um amplo processo de desregulamentação da indexação da economia brasileira. Essa é a linha geral."

● **CUSTO BRASIL** — "A redução do Custo Brasil significa diminuir os custos para investimento no País, reduzir os custos para a contratação de mão-de-obra, diminuir os tributos que incidem sobre a produção e as exportações, promover uma simplificação tributária, eliminar a guerra fiscal entre os Estados, diminuir os custos portuários e de infra-estrutura e desregulamentar a economia como um todo."

● **MERCADO FINANCEIRO** — "Ouço com grande frequência que vamos desindexar o mercado financeiro. O que é isso? As pessoas que falam que é necessário desindexar o mercado financeiro estão dizendo: olha os juros estão muito altos e a restrição monetária e creditícia está muito apertada. Os juros não estão indexados. A TR não deve ser um indexador. Estamos dizendo isso há muito tempo. A TR deveria ser uma taxa de juros como em todos os países do mundo."

● **ARGENTINA** — "O Brasil não pode fazer o que a Argentina fez, quando lançou a sua lei de conversibilidade e proibiu toda e qualquer forma de indexação na

economia. Lá havia essa possibilidade, porque eles estavam saindo de duas hiperinflações. Não tinham a tradição que o Brasil teve de três décadas de convivência com a indexação. Na economia brasileira existe uma propensão a criar mecanismos informais de indexação."

● **DESREGULAMENTAÇÃO** — "A desregulamentação da indexação tem que ser gradual. Existe um apelo muito grande, por grandes soluções, de que uma vez por toda se equacione o problema. Às vezes é até personificado. Existe ainda neste país, infelizmente, o apelo pela figura do homem providencial, que a meu juízo é uma coisa contraditória com a idéia de democracia. Um indivi-

Acho que em várias áreas a estratégia é progressivamente tirar a ingerência do governo

duo que tudo sabe, que tudo pode, que assumiu o poder e resolveu todos os problemas e ponto final. Infelizmente isso existe. Uma idéia de que o governo federal tudo pode. Se quiser faz, acontece. Mas não é assim. Acho que em várias áreas, a estratégia é progressivamente tirar o governo, a ingerência do governo."

● **INFLAÇÃO** — "Se conseguirmos baixar a inflação ainda mais, ainda que de forma gradual, porque não tem milagres, não iremos para uma inflação de um dígito neste país em um ou dois anos. Pensar isso seria um equívoco. Nós estamos falando em uma redução gradual, mas sustentada ao longo dos próximos anos."

● **JUROS** — "Passei duas horas da semana passada com a bancada do PMDB, a convite deles, e duas com a bancada do

PFL. A limitação dos juros em 12% é um equívoco. Grave, a meu ver. Passa uma idéia absolutamente equivocada para o conjunto da sociedade brasileira e internacional, de que é possível resolver um problema dessa complexidade com um édito palaciano ou com um decreto legislativo. O Brasil seria o único país do mundo em que essa matéria é preceito constitucional. Os deputados estão dando um recado ao governo sobre a questão dos juros. Ao assinar o requerimento da deputada Jandira Fegali, o que vários deputados quiseram fazer, e vários me disseram isso, é o seguinte: nós estamos mandando uma mensagem ao governo de que as taxas de juros estão altas demais e que o governo precisa fazer alguma coisa. Eles estão dizendo que o aperto monetário e creditício da economia brasileira está muito forte. Isso é absolutamente natural. Não tem problema. Vamos discutir essa parte da questão então. Mas eu disse que é um erro usar os 12% para atingir esse objetivo. Estão altas demais as taxas? Estão. Nós dissemos isso, que as taxas estão altas demais e que são insustentáveis. Não podemos mantê-las nesse patamar por tempo prolongado. A tendência dos juros é declinante, ainda que gradual, e essa parafernália dos compulsórios e restrições ao crédito estão também num processo de desmontagem. Agora, a velocidade da queda dos juros e da desmontagem desses compulsórios decorrerá desse tipo de avanços que nós estamos fazendo, de desregulamentação da economia, de aprovação das reformas no Congresso, e dessa mudança de cenários futuros da economia. A questão que se coloca é a velocidade de queda dos juros. É isso que está em discussão agora. Os juros já caíram em relação a março. A taxa básica nominal do Selic passou de 4,25% para 4,04%. Nós já liberamos vários dos compulsórios, abrimos a possibilidade de renegociação de dívidas das pessoas físicas e jurídicas, e vamos continuar nessa direção. O que não dá é para ter isso definido em lei."

Os problemas na desindexação

(E as soluções que o governo estuda)



Taxa Referencial

Problemas: o governo precisa diminuir a TR, porque, embora ela esteja estimulando os depósitos em caderneta, está onerando demais a dívida dos mutuários do SFH.

Medidas: o governo deve diminuir a TR e, para tanto, o redutor que é aplicado sobre as taxas dos CDBs para apuração da TR deverá ser aumentado. Atualmente esse redutor é de 1%. Para não desestimular a poupança, permitirá a abertura de uma caderneta livre, com rendimento variando de banco para banco e prazos mais longos, e de outra vinculada ao financiamento de imóvel. Será mantida a caderneta tradicional.

SFH

Problemas: a TR muito elevada desequilibra os contratos porque a dívida cresce rápido e a prestação não acompanha. Os bancos não terão como calcular a prestação dos contratos da equivalência salarial no sistema de livre negociação dos salários.

Medidas: mudar o cálculo da TR, de modo a que ela reflita mais de perto a inflação. Deverá também ser definido um índice mínimo a ser aplicado às prestações da equivalência salarial a cada 12 meses, mantido o direito do mutuário à revisão.

Salário

Problemas: a livre negociação, já decidida, pode deixar as categorias menos organizadas em desvantagem. Além disso, os acordos podem prever repasse automático da inflação e a Justiça pode sacramentá-lo. Pela lei atual não fica garantida a reposição do resíduo.

Medidas: governo deverá definir intermediação do Ministério do Trabalho nas negociações de determinadas categorias. Há estudos para dar limites às decisões da Justiça. E a MP deverá prever o repasse do IPC-r desde a última data-base a junho deste ano (resíduo).

Fundo de Garantia

Problemas: baratear o financiamento de imóvel para mutuário de baixa renda, com recursos do FGTS.

Medidas: reduzir a correção trocando a TR pela Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP). Para contornar a resistência dos trabalhadores, o governo pode flexibilizar a utilização dos recursos dos FGTS. Por exemplo: permitir a troca de parte do dinheiro por títulos negociáveis no mercado ou que possam ser utilizados na compra de ações de empresas privatizáveis.

Contratos

Problemas: fazer valer o reajuste anual, pois as normas atuais deixam margem para reajuste mensal ou acerto de diferença a cada 12 meses. Caso contrário, poderá haver descasamento entre a atualização da dívida e o salário do comprador. Estabelecer parâmetros para a substituição do IPC-r a partir de 1º de julho.

Medidas: fixar normas mais claras e rígidas para a correção a cada 12 meses. As partes poderão continuar elegendo o índice de reajuste.

Crédito

Problemas: controlar o consumo.

Medidas: manter os juros altos e o prazo do crediário curto (até 3 meses).

Aluguel

Problemas: o governo precisa casar o prazo de reajuste do aluguel com o do salário.

Medidas: manter o reajuste anual, com base na livre negociação.

Plano de saúde

Problemas: evitar que as mensalidades subam em prazo diferente dos salários.

Medidas: a MP deve prever reajuste anual para esses contratos, com base na variação dos custos.

Caderneta

Problemas: os depósitos podem cair, se a TR e, consequentemente o rendimento, ficar menor. A criação de uma caderneta livre mais atrativa pode desestimular depósitos na tradicional, e, portanto, diminuir recursos para a habitação.

Medidas: além de manter a caderneta tradicional, com prazo de 30 dias, o governo deve permitir a abertura de caderneta com remuneração livre. Para evitar falta de recursos para habitação, deverá ser criada a caderneta vinculada à compra de imóvel.

Aplicações

Problemas: mexer no mercado financeiro no momento em que está promovendo a desindexação da economia pode provocar uma fuga dos aplicadores.

Medidas: fazer mudanças, como alongamento de prazos e criação de novas modalidades de investimento, de forma gradual. A MP não deve tratar do assunto.

Salário mínimo

Problemas: o governo não pode dar aumento real ao mínimo porque compromete sua folha de salário e o orçamento da Previdência Social. Definir um novo indexador para o mínimo, pois o IPC-r será extinto.

Medidas: esse assunto não deverá ser tratado na nova MP do Real. Há prazo até abril de 96 para uma decisão, porque já está acertado que o mínimo só sobe em maio de 96. Nos próximos meses o governo deve propor emenda constitucional desatrelando o piso dos benefícios do mínimo.

Aposentadoria

Problemas: com o fim do IPC-r, o governo precisa definir novo critério de reajuste a cada ano, no mês de maio. A desvinculação do piso do benefício do salário mínimo, em estudo, e a adoção de um novo indexador pode provocar achatamento dos benefícios.

Medidas: governo deve corrigir todas as aposentadorias por um índice de preço, e por emenda constitucional, fazer a separação do piso de benefício do mínimo. Questão não será definida agora, mas até abril de 96.

Escola

Problemas: evitar contratos que prevejam correção mensal ou em prazo inferior a 12 meses por índice de inflação e permitir o reajuste de acordo com a variação de custos das escolas. Isso porque os pais não têm como checar essa variação de custos.

Medidas: o assunto não deve ser definido dentro da MP, mas terá uma legislação específica. O governo acredita ter tempo para isso até o final do ano. Mas a tendência é a legislação permitir o repasse da variação de custos.

Imposto de Renda

Problemas: extinguir ou suspender a Ufir neste ano, sem que isso provoque perda de arrecadação e ações na Justiça, por parte de empresários e de assalariados que tiveram aumento de imposto.

Medidas: manter a Ufir trimestral até o final deste ano e promover as alterações a partir de 96.